

ECONOMIA.

GREVE DOS CAMINHONEIROS

Senado aprova reoneração

Medida segue na esteira de acordo proposto pelo governo para encerrar movimento que persiste nas estradas

O Senado aprovou, ontem, o projeto que reonera a folha de pagamento de diversos setores. A matéria segue direto para a sanção presidencial. Caberá ao presidente Michel Temer vetar o trecho da proposta que zera o PIS/CoFins do diesel até o fim do ano, conforme assinalado em acordo proposto para encerrar a greve dos caminhoneiros, que ainda resistem em diversos pontos do país.

Os novos recursos arrecadados com a reoneração serão usados para compensar parte do impacto da redução de R\$ 0,46 no valor litro do diesel nas refinarias. O preço ficará congelado por 60 dias.

Do desconto total oferecido pelo governo aos caminhoneiros grevistas, R\$ 0,16 serão alcançados com isenção da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e uma redução de PIS/CoFins sobre o diesel. Os outros R\$ 0,30 serão cobertos por um programa de subsídio.

O governo estima que a medida vai gerar um impacto de R\$ 13,5 bilhões. Desse total, R\$ 4 bilhões serão compensados com os recursos

provenientes da reoneração e da redução de benefícios fiscais. Outros R\$ 5,7 bilhões virão de um excesso de arrecadação do governo federal.

Para fechar essa conta, será preciso encontrar meios que compensem um rombo restante de R\$ 3,8 bilhões. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou que o governo não estuda elevar impostos para essa finalidade. Com isso, ainda estão em análise quais despesas do governo poderiam ser cortadas.

O fato de ser uma semana de feriado pesou na decisão do presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), de votar ontem a reoneração. Líderes partidários demonstraram receio de uma baixa presença de senadores caso a votação ficasse para hoje.

Sobre a decisão de votar o texto no mesmo formato da Câmara e deixar para Temer vetar o artigo do PIS/CoFins, Eunício explicou que a meta é evitar uma demora na tramitação, já que o governo tem pressa para encerrar a crise gerada pela greve dos caminhoneiros.



O ministro Eduardo Guardia disse que não estuda elevar impostos

NÚMEROS

R\$ 13,5

bilhões é o impacto gerado com a medida

R\$ 4

bilhões serão compensados com redução de benefícios

R\$ 5,7

bilhões virão do excesso de arrecadação do governo

TST decreta ilegal greve petroleira

Convocada para a zero hora desta quarta-feira, a greve dos petroleiros foi considerada ilegal pela Advocacia-Geral da União (AGU), por meio de liminar obtida ontem à noite no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Uma multa diária de R\$ 500 mil foi estipulada em caso de descumprimento da sentença.

Na ação, a AGU e a Petrobras dizem que não podem deixar que o Brasil seja afetado pelo movimento, "sob pena de enormes prejuízos à sociedade, que já vem sofrendo consideravelmente com as paralisações de serviços em função da greve dos caminhoneiros".

Os petroleiros haviam anunciado, ontem à tarde, a decisão de entrar em greve, por 72 horas, com possibilidade de ser estendida por tempo indeterminado. As reivindicações do movimento destacam, entre outros itens, a redução no preço dos combustíveis e do gás de cozinha, a manutenção de empregos e a demissão do presidente da estatal, Pedro Parente.

Especialmente essa última exigência pesou na decisão do governo, que vê, na paralisação anunciada, "natureza político-ideológica", e não trabalhista. Foi lembrado que o acordo coletivo celebrado entre a empresa e seus funcionários está vigente até 2019. A advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça, classifica a paralisação ainda como "oportunistas".

Motoristas relatam pressão e ameaças

Sob anonimato por medo de represálias, vários motoristas parados ontem no acostamento da via Dutra (que liga o Rio a São Paulo) no km 162 relatam que há pressão dos demais manifestantes sobre os que querem desistir da mobilização dos caminhoneiros e ir embora. Alguns estavam no local porque foram retidos ao passar transportando mercadorias. As entradas e saídas da extensa área ocupada pelo acampamento nos dois lados da via são controladas pelos participantes do protesto.

Pela manhã, foram vistos caminhoneiros cercando uma carreta que tentou deixar o acampamento. Eles bateram na lataria do baú e gritavam palavrões para o condutor. Não há uma liderança definida no local, mas caminhoneiros favoráveis à permanência negam que os desertores sejam coagidos. Eles dizem que há liberdade para quem quiser deixar a mobilização, ainda

sem previsão de término.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Polícia Militar se dispuseram a escoltar desistentes. Na tarde de ontem, a PM acompanhou caminhoneiros que resolveram deixar o protesto. A PRF também foi informada da existência de caminhoneiros que querem partir, mas têm a movimentação impedida por veículos estacionados à frente. A saída exigiria manobras, o que depende da colaboração dos outros participantes.

Um caminhoneiro que não quis ter seu nome divulgado afirmou estar sendo retido na manifestação do km 245 da rodovia Raposo Tavares sob ameaças de agressão e de ter seu veículo destruído. O motorista disse que 90% dos 300 caminhoneiros que participam do ato estão sendo forçados a estacionar no pátio de um posto por um grupo de homens que busca a queda do presidente Michel Temer.

SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E ESPORTE HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DA DEFESA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 25/2018-HFA
Aviso de Licitação

Registro de Preços com a finalidade de adquirir, de forma parcelada, material de saúde para a Seção de Cirurgia Torácica, destinado a atender às necessidades de consumo do Hospital das Forças Armadas (HFA), consoante especificações do Termo de Referência, Anexo 1º do Edital.

Cópia do Edital: Poderá ser adquirido no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Abertura da sessão pública: 19 de junho de 2018, às 09h.

Endereço: Site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

Brasília - DF, 28 de maio de 2018
JORGE RICARDO AUREO FERREIRA
Ordenador de Despesas

CAIXA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

AVISO DE REVOGAÇÃO

Edital de Licitação Público nº 0017/2018/BR A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, em Brasília, através da Gerência de Fomento Bens Móveis e Imóveis Brasília/BR - GILIE/BR, vem, a público, informar a revogação dos itens 13, 20, 25, 29, 48, 63, 66, 69, 79, 114, 124, 137, 140, 141, 144, 147, 148, 149, 190, 194, 195, 196, 179 e 184 do Edital de Licitação Público 0017/2018 localizado em Brasília-DF, por determinação judicial, acordo administrativo e exercício de direito de preferência. O Aviso de Venda foi publicado nos dias 11/05/2018, 14/05/2018 e 15/05/2018 em Brasília.